autuado por cintiacarrer em 01/09/2026 11:50:11.



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

**SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA**

**PL 679/26**

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências;

Lei Federal nº 14.181, de 1º de julho de 2021, que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento;

Lei Federal nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003;

Decreto Federal nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, que institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, dispõe sobre a sua gestão, e dá outras providências.

Lei Estadual nº 17.743, de 12 de setembro de 2023, que dispõe sobre a criação do Programa Jovem Paulista, que promove fundamentos de finanças e empreendedorismo no âmbito das Escolas do Ensino Médio Estaduais vinculadas à Secretaria da Educação.

Lei Orgânica do Município de São Paulo;

Lei Municipal nº 11.828, de 26 de junho de 1995, que dispõe sobre a introdução de Estudos Básicos de Direitos do Consumidor nas escolas como conteúdo curricular;

Lei Municipal nº 14.433, de 12 de junho de 2007, que dispõe sobre a inclusão de tema relativo à conscientização ética e à responsabilidade e poder da cidadania nas atividades escolares da Rede Municipal de Ensino;



Matéria DSP 13406/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 01/09/2026 e juntado ao PL 679/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=760364.

autuado por cintiacarrer em 01/09/2026 11:50:11.



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

Lei Municipal nº 16.271, de 17 de setembro de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação de São Paulo;

Lei Municipal nº 16.944, de 28 de junho de 2018, que dispõe sobre a inclusão de conceitos de empreendedorismo na Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências;

Lei Municipal nº 17.979, de 20 de julho de 2023, que dispõe sobre a criação e implantação do Programa de Educação Financeira e Empreendedorismo no Município de São Paulo, e dá outras providências;

Lei Municipal nº 18.168, de 24 de julho de 2024, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir, no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo, a Semana da Educação Financeira, a ser comemorada, anualmente, de 15 a 21 de maio;

PL nº 6/2025 — Autoriza o Poder Executivo a inserir nas escolas municipais aulas de educação financeira, empreendedorismo e noções básicas de direito como matérias extracurriculares.

PL nº 775/2025 — Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Oficinas de Educação Financeira no âmbito do Município de São Paulo.

PL nº 436/2019 — Dispõe sobre acrescentar às escolas municipais o ensino a respeito de educação financeira e dá outras providências.

PL nº 554/2019 — Institui campanha de conscientização sobre a importância da educação financeira nas escolas públicas municipais.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 1º de setembro de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068



Matéria DSP 13406/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 01/09/2026 e juntado ao PL 679/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=760364.